

Senado aprova a mais profunda mudança na legislação do trânsito

Multas severas e até prisão em casos de infrações graves estão previstas no código, votado ontem e defendido pela maioria dos senadores que estavam no plenário

Cabral sugere alterações nos fundos de pensão

O descontrole sobre os fundos de pensão é consequência de falhas na legislação que regula a previdência privada no País, disse ontem o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ao comentar notícias publicadas na imprensa, segundo as quais há um rombo de R\$ 19 bilhões nos fundos de pensão das estatais. O senador divulgou um relatório, segundo ele resultado de um "estudo jamais feito no Brasil", que traça um perfil geral do sistema.

Elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado, o documento sugere mudanças na legislação para reduzir a injeção de recursos públicos nos fundos de pensão e garantir maior participação dos segurados na gestão.

Em apartes, os senadores Benito Veras (PSDB-CE), Romeu Tuma (PSL-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP) se solidarizaram com Bernardo Cabral.



Representantes de garimpeiros que estão disputando uma área com a Companhia Vale do Rio Doce reuniram-se ontem com parlamentares, no Senado. Eles tentam uma audiência com o presidente da República. Página 5

CAE acolhe projeto que tira da informalidade 4 milhões de empresas

Dois projetos do senador José Sarney criando o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e isentando-as do pagamento de impostos e outras taxas, foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

"Vamos democratizar o capital, criar novos empresários e isso, evidentemente-

te, dará um grande surto de boas consequências para o País", afirmou Sarney ao comentar a decisão da CAE.

Estima-se que 4 milhões de estabelecimentos que hoje fazem parte do mercado informal serão beneficiados pela nova legislação, integrando-se ao sistema econômico. Página 3

O Senado aprovou ontem por unanimidade o Código de Trânsito Brasileiro, que muda radicalmente a legislação do setor e impõe multas severas para os delitos de trânsito. O código prevê que o motorista punido com quatro multas graves num período de 12 meses receberá uma multa adicional de 1 mil Ufirs, hoje R\$ 884,70. Excesso de velocidade em frente a escolas poderá levar o motorista para a prisão.

Antes de ser votado pelo plenário, o código foi analisado por uma comissão especial presidida pelo senador Francélino Pereira. O texto aprovado ontem é o substitutivo apresentado pelo relator dessa comissão, senador Gilberto Miranda. Por isso, a proposta deverá retornar à Câmara, onde as alterações serão apreciadas. Na discussão da matéria em plenário, vários senadores se manifestaram. Páginas 4 e 5

Polônia defende laços mais estreitos com o Brasil

Ao depor ontem na CAE, a embaixadora da Polônia pediu o incremento das relações entre seu país e o Brasil. Página 7

Comissão dá aval a proposta que reforça educação

Emenda constitucional acolhida pela CCJ ataca problemas do ensino fundamental. Página 8

Requião quer fiscalizar operação sobre a dívida

Senador dá parecer favorável a pedido do governo, mas resguarda as prerrogativas do Senado e defende um acompanhamento rigoroso para evitar que País tenha prejuízo

Suplicy cobra informação sobre títulos roubados

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quer saber se o BNDES realmente aceitou, nos leilões de privatização da Light e da Deten Química, R\$ 6 milhões em TDAs (Títulos da Dívida Agrária) roubados, conforme denunciou o jornal *O Globo* de ontem. De acordo com a notícia, o banco até agora só teria recuperado R\$ 1,6 milhão do total da fraude de que foi vítima. O senador quer que o BNDES também explique quando descobriu o fato e por que não o levou ao conhecimento da Nação.

Ele considera da maior importância que o banco informe quais foram os grupos que se utilizaram desses TDAs para comprar participações na Light e na Deten Química, e deseja também saber que providências estão sendo tomadas para sanar o prejuízo.

Odacir defende mais verba para a saúde em Rondônia

O senador Odacir Soares (PFL-RO) defendeu a destinação de mais recursos para a saúde em Rondônia, com vistas a melhorar os padrões sanitários e a qualidade de vida da população local. O senador elogiou a seriedade com que o atual governo do estado vem tratando a questão, mas criticou o governo anterior por ter destinado apenas R\$ 53 milhões

para o setor, no período de 1994/95. Não passam de migalhas - garantiu Odacir Soares, considerando os graves problemas do estado. Segundo afirmou, o índice de mortalidade infantil em alguns municípios de Rondônia

"atinge o intolerável patamar de 70%", sendo as doenças entero-infecciosas e a insuficiência renal aguda as principais causas de morbidade entre as crianças menores de um ano.

Por essa razão, Odacir Soares entende ser "um evento bastante animador" o fato de o governo atual estar se dedicando não só a programas de sa-

neamento como também à montagem do Projeto de Redução da Mortalidade Infantil - Vivas para brincar, para o atendimento materno-infantil. O senador elogiou a atuação do vice-governador de Rondônia, Aparício Carvalho de Moraes.



Odacir



Requião

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que já encaminhou parecer favorável à solicitação do governo

federal para emitir e trocar bônus da dívida externa brasileira. Ele informou que elaborou um parecer "caipira e provinciano", defendendo os interesses do País "e resguardando as prerrogativas e deveres do Senado na fiscalização de qualquer operação desse tipo".

Requião disse que a operação não pode dar R\$ 1 real de prejuízo ao País, e o Senado Federal deve acompanhá-la muito de perto.

O senador leu artigo do jornalista Fernando Rodrigues, publicado ontem pela *Folha de S. Paulo*, intitulado "Negociatas na dívida externa", e destacou que o texto "deve ser objeto de consideração e reflexão" por parte dos senadores.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despachos internos.

10h30 - Preside sessão deliberativa extraordinária do Senado.

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado.

21h - Participa de jantar em homenagem ao embaixador Jorge Bomhusen e senhora, na residência do senador Hugo Napoleão - SHIS - QL 14 - Conj. 05 - Casa 06.

PLENÁRIO

10h30 - Sessão deliberativa extraordinária do Senado

Pauta: *PLC nº 32/96, que dispõe sobre os serviços de telecomunicações; *PLC nº 14/96, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador; *Projeto de Resolução nº 74/96, que autoriza o governo de São Paulo a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado, cujos recursos serão destinados a precatórios judiciais; *Projeto de Resolução nº 75/96, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida); e *Projeto de Resolução nº 76/96, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bauru (SP) a contratar operação de crédito externo.

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *PLC nº 16/96, que dispõe sobre a compensação financeira entre os sistemas de previdência social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria; quinto e último dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 23/96, que trata de ineligibilida-

de; e terceiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 22/96, que trata da criação de municípios.

COMISSÕES

9h - Comissão destinada a definir uma Política para o Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Reunião do grupo de trabalho destinado a elaborar medidas para regulamentação do art. 192 da Constituição Federal. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.477-25/96, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.470-8/96, que dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições financeiras

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.473-20/96, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da assistência social

Pauta: Discussão do parecer do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Aprovados projetos que beneficiam microempresas

As duas propostas do presidente do Senado têm caráter terminativo, isto é, se não houver recurso para apreciação em plenário, passam a tramitar na Câmara dos Deputados



Ademir Andrade

Ademir destaca ação comunitária em Oriximiná

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) citou a realização de seminário sobre políticas públicas, na cidade paraense de Oriximiná, como evento municipalista exemplar. Informou que nele estiveram presentes a sociedade organizada e representantes de entidades dos governos federal e estadual, quando foram analisados e debatidos os problemas do município e região vizinha no tocante a saúde, educação, política agrícola, meio ambiente e vários outros temas de interesse da população.

Para Ademir, o ponto forte do seminário foi a participação efetiva de toda a comunidade, destacando-se em sua concepção e execução a ação conjunta de entidades colocadas muitas vezes em posições antagônicas, como o sindicato dos produtores rurais e o dos trabalhadores na agricultura. Ele disse que a presença de representantes do governo municipal, estadual e federal permitiu o atendimento já de algumas das reivindicações.

O seminário demonstrou a elogiável iniciativa das lideranças municipais no sentido de acelerar o aperfeiçoamento da gestão dos interesses comunitários, congregando os diferentes níveis de governo e a sociedade organizada - complementou o senador.

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem, por unanimidade, dois projetos do senador José Sarney (PMDB-AP), criando um Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e isentando-as do pagamento de impostos, contribuições e taxas públicas, inclusive o Imposto de Renda.

Estima-se que 4 milhões de estabelecimentos que hoje fazem parte do mercado informal serão beneficiados pela nova legislação, integrando-se ao sistema econômico, com reflexos positivos para a geração de empregos e para a Previdência Social. Aprovados pela CAE em regime terminativo, os dois projetos ficam sobre a Mesa por cinco sessões, e, caso não ocorra recurso ao plenário da Casa, seguem para análise pela Câmara dos Deputados.

O PLS nº 31 estabelece que as microempresas ficarão isentas dos seguintes tributos e contribuições de competência da União: Imposto de Renda, IOF, PIS, Cofins, contribuição social sobre o lucro líquido e taxas vinculadas exclusivamente ao poder de polícia, com exceção das taxas rodoviárias, de controle metrológico e prescrições devidas aos órgãos de fiscalização profissional.

O PLS nº 32 institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, fixando um registro público especial para essas empresas, determina a isenção de tributos e contribuições, simplifica procedimentos e lhes dá o direito de pleitear facilidades de crédito. A CAE também aprovou ontem pedido de rolagem da dívida mobiliária de Mato Grosso.

Minas já é 2º pólo industrial automobilístico

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que Minas Gerais transformou-se no segundo pólo automobilístico do País, contribuindo, assim, para a desconcentração espacial do processo de industrialização. "Com isso, abriu caminho para que outras regiões como o Sul e o Nordeste também se candidatem a abrigar montadoras de automóveis com forte presença no mercado mundial", acrescentou.

Disse Francelino que a indústria automobilística mineira emprega hoje 21 mil pessoas e que nos últimos dois anos produziu 1,2 milhão de automóveis, salientando que a Fiat está disputando a liderança do mercado brasileiro.

Sarney prevê mais empregos e democratização do capital

"Vamos democratizar o capital, criar novos empresários e isso, evidentemente, dará um grande surto de boas consequências para o País", disse o presidente do Senado, José Sarney, ao co-

mentar a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos da Casa, do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Conforme Sarney, os empreendimentos que se encontram hoje na informalidade, depois de o projeto ser votado na Câmara, poderão ser legalizados com menos burocracia.

Em sua opinião, isso significa que essas pequenas e microempresas passarão a

ter acesso mais fácil ao crédito, propiciando mais empregos para o País. O presidente do Senado considera da maior importância tirar da clandestinidade milhares de pequenos negócios que hoje não atingem uma situação de legalidade devido às dificuldades impostas pelos duros regulamentos que disciplinam a atividade econômica.



José Sarney

No entender de Sarney, o novo estatuto servirá também para induzir ao aparecimento de novas pequenas empresas, daí por que ele considera importante que a Câmara acompanhe a decisão do Senado, aprovando logo a matéria.

Ernandes Amorim critica extinção de órgãos federais

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) criticou a intenção do governo, divulgada pela imprensa, de extinguir órgãos que ele considera prioritários, como o DNER e o Ministério da Reforma Agrária.

Amorim ressaltou que o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, lhe disse que até o momento não recebeu um centavo dos R\$ 800 milhões que o governo ficou de reparar para aquele órgão.

- Parece que o Presidente quer brincar com seus ministros, enquanto o País tem milhares de sem-terra esperando serem assentados - afirmou. Amorim disse que o Incra, em Rondônia, recebeu apenas R\$ 40 mil para aplicar num período de seis meses.

Senado aprova código de trânsito com penas severas

Uma das inovações é a carteira provisória de motorista, com autorização para o estreado dirigir por um ano. Multas variam de leve a gravíssima



Gilberto Miranda

Miranda, relator, defende penas e códigos estaduais

As punições previstas no projeto de Código de Trânsito Brasileiro respondem a uma tomada de posição que concorda com a idéia de que os acidentes de trânsito não são evitados apenas com a intimidação penal, afirmou ontem o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), relator do substitutivo da Comissão Especial do Senado.

Em relação às multas, cujos valores estão estabelecidos no substitutivo, o senador argumentou que, se elas forem deixadas ao arbítrio das autoridades municipais, "cada município aplicará um valor". O ideal, na opinião do relator, seriam códigos estaduais, devido à extensão continental do País.

Em aparte, o senador José Serra (PSDB-SP) considerou que seria mais adequada a fixação de tetos, dando margem a políticas de trânsito específicas a cada cidade.

O líder do governo, Elcio Alvares (PFL-ES), cumprimentou Francelino Pereira e Gilberto Miranda pela conclusão dos trabalhos na comissão especial que analisou o código. Ele considerou que a convocação extraordinária foi oportuna e está sendo muito proveitosa para os trabalhos legislativos.

Romeu Tuma (PSL-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também destacaram a importância da aprovação do código.

Depois de dois anos e dois meses de debates, os senadores aprovaram ontem por unanimidade o novo Código de Trânsito Brasileiro, que muda radicalmente a legislação do setor e impõe multas severas para os delitos de trânsito, abrindo caminho para a prisão de motoristas irresponsáveis. Entre outras coisas, o código prevê que o motorista punido com quatro multas graves num período de 12 meses receberá uma multa adicional de 1.000 Ufirs, hoje R\$ 884,70. Excesso de velocidade em frente a

escolas poderá levar o motorista para a prisão.

O Brasil está exigindo esse código atualizado há muito tempo - afirmou o relator da proposta, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), que apresentou um substitutivo ao projeto que veio da Câmara. No próximo dia 25 os senadores votarão o projeto em segundo turno. O código ainda será apreciado novamente pelos deputados, para análise das mudanças apresentadas pelos senadores. O presidente da comissão es-

pecial que estudou a proposta, senador Francelino Pereira (PFL-MG), destacou que o novo código tem aprovação de juristas e de quem entende de trânsito.

Entre as inovações do código, está a carteira provisória de motorista. O aluno que passar nas provas receberá autorização para dirigir pelo prazo de um ano e só terá direito à carteira definitiva se, nesse prazo, ele não receber qualquer multa por infração grave.

O projeto institui quatro tipos de multas (leve, média, grave e gravíssima), e cada uma vale um número de pontos. Se no período de 12 meses o motorista tiver multas que somem 20 pontos (três multas gravíssimas ou quatro graves), receberá multa adicional de 1.000 Ufirs (R\$ 884,70). E mais ainda: se um motorista receber uma segunda multa em 12 meses pela mesma infração, o valor da segunda multa será duplicado. Se forem três multas, a terceira terá seu valor triplicado, e assim sucessivamente.

Proposta deve ser votada em segundo turno no dia 25 e volta à Câmara

Sarney afirma que a Casa cumpre com seu dever

Ao anunciar ontem a aprovação do substitutivo que institui o Código de Trânsito Brasileiro, o presidente do Senado, José Sarney, homenageou o plenário por votar medida há tanto tempo aguardada, e afirmou que a Casa está cumprindo fielmente a pauta definida na convocação. Ele lembrou que, de manhã, foi aprovado o projeto que cria o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que abrange um

universo de 98% das empresas do País.

O Senado cumpre com seu dever - disse Sarney, sendo elogiado por Bernardo Cabral (PFL-AM), que o cumprimentou como autor da matéria. Sarney explicou que apenas subscreveu a iniciativa em nome da Casa, por solicitação de 2 mil representantes de pequenas e microempresas. E acrescentou: "Na verdade, todos os senadores assinaram comigo esse projeto".



José Serra

Serra destaca a correção de absurdos

Instituído em setembro de 1966, o atual código de trânsito finalmente será corrigido em seu principal absurdo, o de excluir os municípios da gestão do trânsito urbano, afirmou o senador José Serra (PSDB-SP). Para ele, o código atual reflete uma realidade superada, em que a população rural era maior que a urbana, a frota nacional reduzida e a indústria automobilística incipiente.

Sem qualquer poder de gestão sobre o trânsito, a maioria dos municípios limitaram-se, até agora, à sinalização das vias, disse. Outros, como a cidade de São Paulo, frente ao colapso na circulação de veículos, acabaram recorrendo a convênios com os governos estaduais, absorvendo parte da gestão do trânsito, observou. Esse instrumento, no entanto, revelou-se inadequado, como o demonstra a situação da capital paulista, que teve seu convênio questionado em ação tramitando no Tribunal de Justiça, destacou.

Serra salientou que no novo código caberá aos estados concentrar esforços na habilitação e na conduta dos motoristas e no registro e condições de segurança dos veículos, deixando para os municípios a responsabilidade da gestão do trânsito urbano.

Cadastro de veículos viabilizará cobrança de multa em municípios

Francelino pensa até em apresentar emenda ao novo código para obrigar estados a fornecerem lista de carros em circulação



Gerson Camata

Camata vê muito poder a prefeituras na nova legislação

O senador Gerson Camata (PMDB-ES), durante os debates, ontem, do projeto de Código de Trânsito Brasileiro, discordou da idéia defendida por alguns senadores de que os municípios possam registrar e emplacar veículos. "Temos 5 mil municípios e isso só daria em confusão. Imagine cada um tentando fixar uma placa diferente, com cores diferentes. Quem deve registrar são os estados, porque assim podem continuar usando o sistema interligado de computadores. Seria impossível interligar todos os municípios brasileiros nesse sistema", afirmou.

PODERES

Camata discordou também da tese de que se devem dar mais poderes aos municípios na área de trânsito. Para ele, nunca as prefeituras tiveram tanto poder como está previsto no novo código, o qual municipaliza o trânsito nas cidades e autoriza que fiscais das prefeituras possam aplicar multas dentro de sua jurisdição - hoje isso só pode ser feito pelos estados ou por grandes cidades, desde que haja convênios com os departamentos de trânsito.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse ontem que, se necessário, apresentará emenda no turno suplementar de votação do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituindo a obrigatoriedade de os governos estaduais fornecerem aos municípios, anualmente, o cadastro de veículos em circulação. O objetivo é garantir a cobrança de multas, pois o cadastro identifica os proprietários de veículos, com respectivos endereços, afirmou.

A não-obrigatoriedade de fornecimento dos cadastros foi uma das principais críticas ao texto do código elaborado pela comissão especial presidida pelo senador mineiro. Na sua avaliação, o CTB, além de comprometer as instâncias federal, estaduais e municipais,



Francelino Pereira

dá a estas últimas um papel fundamental na nova estrutura administrativa de gestão do trânsito nacional.

Comparativamente ao código em vigor, a nova legislação, segundo Francelino Pereira, integra os municípios ao Sistema Nacional de Trânsito, dando-lhes assento no Contran (Conselho Nacional de Trânsito) e nos Cetrans (Conselhos Estaduais de Trânsito). Outras mudanças destacadas pelo senador referem-se ao poder dos municípios de planejar, projetar e regulamentar as operações de trânsito; implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas ruas; fiscalizar, autuar e aplicar multas e medidas administrativas, notificando infratores e arrecadando multas aplicadas.

Romeu Tuma sugere câmara de compensação

Durante as discussões ontem do projeto de Código de Trânsito Brasileiro, o senador Romeu Tuma (PSL-SP) sugeriu que seja criada uma câmara de compensação de multas de trânsito, a exemplo das câmaras de compensação de cheques. Ele argumentou que esse seria o caminho para se ter certeza de que as multas cobradas em um município serão recebidas por outro, onde o veículo é registrado.



Romeu Tuma

- Hoje, é difícil um estado receber multas aplicadas em outros. Mais difícil ainda será um município receber uma multa - ponderou.

Tuma elogiou o novo código, afirmando que os brasileiros há muito esperam por uma legislação mais severa para punir os motoristas irresponsáveis. "É incontestável que penas mais severas para delitos de trânsito levarão a uma queda no número de acidentes", disse.

Amorim pede solução para garimpeiros

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) registrou o encontro realizado na manhã de ontem entre parlamentares



Amorim

e representantes de garimpeiros que estão disputando uma área do garimpo com a Companhia Vale do Rio Doce, em Serra Pelada. O senador disse que a omissão do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) é que deu origem aos problemas enfrentados hoje.

O senador também atribuiu à omissão do DNPM a responsabilidade pelos problemas existentes no garimpo de Bom Futuro, em Rondônia. Segundo Amorim, o órgão deixou de legalizar a área, o que considera um claro desrespeito à Constituição. Ele disse, ainda, que com o apoio do presidente do Congresso um grupo de parlamentares da região deverá ter uma audiência com o presidente da República.

Sarney intermediará pedido de audiência com o Presidente

O senador José Sarney prometeu ontem aos garimpeiros de Serra Pelada, que estão em conflito com a Companhia Vale do Rio Doce, ajudá-los a conseguir uma audiência com o presidente da República. Sarney fez com que os garimpeiros se comprometessem a evitar qualquer confronto na área, pelo menos até a realização do encontro com Fernando Henrique.

O presidente do Senado pedirá à audiência para os representantes do Sindicato dos Garimpeiros, tendo à frente Fernando Marcolino, acompanhados de uma comissão especial mista de parlamentares, criada para intermediar a disputa.

Marina se diz "caipira" e acha que bico bonito de tucano dificulta vôo

Senadora condena declarações de FHC em Portugal e faz analogia com ave que enxerga em ângulo de quase 360 graus, mas ouve pouco

Referindo-se a contos que ela vem escrevendo sobre animais da floresta amazônica, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse ontem em plenário que o tucano - símbolo do PSDB - é uma ave que enxerga num ângulo de quase 360 graus, mas escuta muito pouco, daí por que é tão fácil de ser apanhada pelos caçadores. A senadora deu essa explicação ao criticar a entrevista do presidente Fernando Henrique Cardoso a um jornal português afirmando que o



Marina Silva

povo brasileiro resiste à globalização da economia por ser caipira.

-Se houver alguma semelhança entre essa ave e algum sociólogo brasileiro, é mera coincidência - disse Marina Silva, considerando "infeliz" a entrevista de FHC. Ela afirmou ter aprendido com seu pai, que é seringueiro e está na Amazônia desde 1945, que o fantástico bico do tucano, embora bonito e razão de sua vaidade, é pesado e impede que essa ave alce vôos mais altos.

Em resumo, "o tucano é uma ave que enxerga muito, escuta pouco, tem um bico bonito, mas pesado e, por isso mesmo, voa baixo", acentuou.

Marina definiu-se como a mais típica das caipiras, por não seguir os modismos da modernidade, e surpreendeu-se com o fato de o Presidente dar esse tipo de entrevista principalmente fora do Brasil.

Apesar das críticas, a senadora reconheceu no presidente da República suas qualidades de intelectual, dizendo que o fato de pertencer a um partido de oposição não a impede de reconhecer esses valores.

Sarney registra nos anais tributo a Zé Aparecido

O presidente do Senado, José Sarney, pediu ontem a inclusão nos anais da Casa de nota à imprensa divulgada pelo ex-presidente Itamar Franco exaltando a figura do ex-embaixador José Aparecido de Oliveira e caracterizando-o como "o grande ausente" da reunião de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em Lisboa.

Sarney disse que subscrevia a posição de Itamar - "homem de Estado que merece o respeito do País pelos serviços prestados ao Brasil". Na nota, ele "ressalta, com justiça, o relevante papel do embaixador José Aparecido de Oliveira na criação da Comunidade".

No comunicado, Itamar Franco destacou o "inigualável esforço pessoal" de Aparecido para construir a Comunidade, bem como seu "intenso e exitoso trabalho diplomático", viajando por toda a África para angariar adesões para a nova organização.

Suassuna critica falta de informações do governo

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que o governo tem que deixar de improvisar e fazer com que seus ministros forneçam aos parlamentares dados corretos sobre as propostas enviadas ao Congresso. Com isso, segundo ele, o relacionamento entre o Executivo e o Legislativo só vai melhorar.

Os comentários foram feitos a propósito de matéria publicada por *O Estado de S. Paulo*, segundo a qual a CPMF pode causar aumento do déficit público e das taxas de juros. Suassuna relatou que, de acordo com o jornal, caso se mantenha a mesma rentabilidade atual das aplicações financeiras, o governo deveria aumentar as taxas de juros na mesma proporção do imposto: 0,20%. Esse aumento de juros, segundo estudos do

Lloyds Bank, provocaria elevação da dívida pública.

- Hoje, com tristeza leio o artigo desse jornal. Acho que o setor econômico do gover-

no não avaliou bem as repercussões desse imposto. Eu votei "sim" no caso da CPMF, acreditando que tinha recebido do governo informações claras sobre o assunto. Fico constrangido de verificar que não foram colocadas para os senadores todas as vertentes do problema da saúde - afirmou o senador.

Em aparte, Epitácio Cafeteira (PPB-MA) disse que os parlamentares estão atravessando um momento difícil porque o Congresso não está sendo considerado como deveria ser, mas apenas um pára-choque do governo. Walmir Campelo (PTB-DF) e Freitas Neto (PFL-PI) apoiaram o discurso de Suassuna.



Ney Suassuna

Discurso de Kandir pró-desenvolvimento entusiasma Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) elogiou ontem o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, que anunciou ter chegado a hora das grandes obras de infra-estrutura para adaptar o País à globalização, com o lema "o ordem é crescer".

"É como se estivesse compondo um hino para redespertar as crenças e o otimismo de um povo pobre de expectativas. Kandir afirma ter recebido do presidente da República a missão de ser o ministro do Desenvolvimento" comentou o senador, referindo-se a entrevista daquela autoridade publicada esta semana pela revista *Isto É*.

Mauro disse que a frase-lema de Kandir está nos sonhos de toda a sociedade brasileira, acrescentando que o peso das responsabilidades do ministro do Planejamento "não permite brincar com promessas que mexem com o ânimo de toda uma nação."

Amorim reclama de descaso para com senadores

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) disse ontem que o governo federal tem dado pouca atenção para os pleitos dos senadores. Ele afirmou que especialmente os integrantes da bancada de seu partido têm sentido o descaso do Executivo.

- Não importa em nada o PMDB ter quatro ministros porque são ministros sem dinheiro, nem poder de decisão - afirmou o senador.

Amorim informou ter pedido ao líder Jádor Barbalho (PA) que cobre do governo maior atenção às reivindicações dos senadores, especialmente os representantes dos estados do Norte e do Nordeste. "Será que o voto do senador de São Paulo e da Bahia é diferente do nosso?", questionou o senador.

Polônia quer ampliar laços com Brasil

Embaixadora afirma na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado que seu país constitui mercado emergente, com boa base para o estabelecimento de relações estáveis



Josaphat Marinho

Josaphat critica emenda que torna cunhado elegível

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) anunciou que é contra a aprovação da proposta de emenda constitucional que torna elegíveis os parentes por afinidade em segundo grau dos chefes de Executivo - cunhados, pais do sogro, pais da sogra e o enteado neto. Ele explicou que a inelegibilidade desses parentes é tradição no Direito Civil brasileiro e lembrou que o maior especialista no assunto, Clóvis Bevilacqua, aproximou a situação do cunhado à situação do irmão.

Para Josaphat, a Constituição de 88 seguiu a tradição da Constituição de 46 exatamente por estar atenta à necessidade de aperfeiçoamento do processo eleitoral. O senador entende que razões de ordem moral, fundamentais para assegurar a lisura dos pleitos nos municípios mais longínquos do País, impõem a necessidade de manter-se a inelegibilidade dos parentes por afinidade. "Todos sabemos como são influentes essas relações, sobretudo no plano municipal", disse.

O senador também argumentou que a Justiça reiteradamente reconheceu a inelegibilidade desses parentes, sem apontar nenhuma inconveniência na proibição. "Por que se há de modificar a Constituição agora para excluir o cunhado da inelegibilidade?", indagou.

A embaixadora da Polônia, Katarzyna Skórzynska, defendeu, em debate realizado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o incremento das relações comerciais entre Brasil e Polônia. Ela explicou que seu país constitui um mercado emergente, o que determina uma boa base para o estabelecimento de relações econômicas estáveis com o Brasil.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) quis saber quais produtos, além do café, o Brasil poderia vir a exportar para a Polónia. Skórzynska esclareceu que os sucos e as frutas interessam a seu país.

Fernando Bezerra (PMDB-RN), também presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), colocou a entidade à disposição do governo polonês para desenvolver trocas



A embaixadora polonesa presta depoimento na CAE

comerciais. Já em resposta a Valmir Campelo (PTB-DF), a embaixadora observou que para se promover o turismo entre os dois países seria fundamental haver uma linha aérea direta.

Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou quais modificações ocorreram na Polónia a partir das

eleições presidenciais do ano passado. A embaixadora explicou que, com a abertura de mercado, há uma situação de desigualdade social e aumento do desemprego.

A embaixadora reiterou o convite aos senadores para que visitem a Polónia.

Emília cobra redução da desigualdade social

Apesar do crescimento econômico nos últimos anos, o Brasil não apresentou o mesmo desempenho em relação ao desenvolvimento humano, evidenciado nas dificuldades sociais e na distribuição da renda nacional, afirmou ontem a senadora Emília Fernandes (PTB-RS), ao destacar em plenário o lançamento, terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, do Relatório sobre Desenvolvimento Humano - 1996, feito pela ONU.

- De acordo com o relatório, o Brasil detém a maior disparidade entre ricos e pobres, mantendo o lamentável título de campeão mundial da concentração de riqueza. Essa situação, com o

Plano Real, pode ter tido alguma melhora, mas insuficiente para alterar esse quadro de profunda desigualdade, que compromete qualquer política de desenvolvimento econômico e social - disse.

Emília Fernandes observou que o Brasil ocupa o 58º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano entre os 174 países pesquisados, sendo ainda o primeiro na lista dos considerados de nível médio. Segundo a senadora, o relatório indica que o Brasil detém a primeira posição entre os países de menor eficiência em transformar sua renda em benefícios para sua população.

Emília recebeu o apoio de José Alves (PFL-SE).

Campos pede isenção para alimento popular

O senador Júlio Campos (PFL-MT) pediu que o Congresso dê o tratamento apropriado à proposta de reforma tributária, concedendo isenção aos alimentos essenciais à população de baixa renda.

- Para um país onde ainda existe fome, em que cerca de 30% das famílias se encontram abaixo da linha de pobreza absoluta, é impossível continuar tributando tão pesadamente os alimentos. Não podemos manter o modelo que onera as camadas de menor poder aquisitivo - disse.

Júlio Campos ressaltou que "o governo dispõe de meios para compensar eventuais perdas de receitas decorrentes da isenção de bens essenciais como os alimentos populares".



Emília Fernandes



Júlio Campos

CCJ aprova PEC que reforça o ensino fundamental

Relatada pelo senador Lúcio Alcântara, a proposta de emenda constitucional prevê intervenção federal no estado que descumprir aplicação mínima de impostos na educação

A proposta de emenda constitucional que estabelece medidas de apoio ao ensino fundamental foi aprovada ontem, por unanimidade, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO). De iniciativa do Poder Executivo, a matéria teve como relator o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que ofereceu emenda de redação. A proposição, já aprovada pela Câmara, precisa ainda de aprovação, em dois turnos, pelo plenário do Senado.

A emenda prevê a possibilidade de intervenção federal no estado que descumprir a aplicação da receita mínima de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino e cria, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Os recursos desses fundos serão distribuídos de forma proporcional ao número de alunos matriculados nas redes de ensino de cada unidade federativa, sendo que 60% do total se destinará à remuneração dos professores. Caberá à União definir o custo mínimo nacional por aluno e complementar os recursos em caso de necessidade.

Segundo Alcântara, a medida "atingirá duramente a prática de privilegiar, na alocação de recursos, as unidades federadas mais influentes".



Lúcio Alcântara e Iris Rezende, na reunião de ontem da CCJ

Professores terão melhores salários

Para Lúcio Alcântara, a proposta de emenda ataca de forma ampla o grave problema do baixo nível salarial dos professores do ensino fundamental, particularmente dos que exercem sua profissão no interior do País.

Além disso, a proposta reafirma a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino fundamental; institui a progressiva universalização do ensino médio gratuito; dá aos municípios a prioridade no atendimento da educação infantil e aos estados a incumbência de prover o ensino fundamental e médio. Por outro lado, retira das empresas a possibilidade de deduzirem do valor devido do salário-educação o que for aplicado no ensino fundamental de seus empregados e dependentes, por considerar que essa prática tem permitido irregularidades responsáveis por importante perda de recursos.

Mesmo reconhecendo que a

emenda trará significativos avanços para a educação brasileira, Alcântara observou, em seu parecer, que as inovações previstas, por si só, não garantem uma mudança nos padrões de qualidade do ensino fundamental. Conforme acredita, a racionalização dos recursos precisa se estender aos órgãos de ensino e às próprias escolas.

A emenda de redação oferecida pelo relator visa corrigir dispositivo que veda a utilização de medida provisória na regulamentação de artigos incluídos na proposta de emenda. Segundo Lúcio Alcântara, a proibição já está prevista no artigo 246 da Constituição Federal, constituindo a sua inclusão "um excesso de zelo dispensável". Participaram da discussão José Fogaça (PMDB-RS), Jefferson Peres (PSDB-AM), Romeu Tuma (PSL-SP), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Josaphat Marinho (PFL-BA).

Suplicy cobra atas das reuniões sobre Sivam

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem à Presidência do Senado que adote providências para que o ministro-chefe da Casa Civil e o secretário de Assuntos Estratégicos forneçam à Mesa informações requeridas por ele, em fevereiro, contidas nas atas das reuniões do presidente da República e seus ministros relacionadas ao projeto Sivam. Suplicy lembrou que, caso as duas autoridades não respondam, poderão ser responsabilizadas criminalmente perante o STF.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), na presidência dos trabalhos do plenário, informou que a Mesa enviará novamente os requerimentos aos ministros da Casa Civil e de Assuntos Estratégicos.



Suplicy

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** – Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** – José do Carmo Andrade
Editores – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação – Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** – Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal